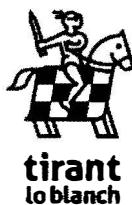


Carlos Almeida Filho

A REALIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO À MORADIA



Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Capa e diagramação: Jéssica Razia

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

A445 Almeida Filho, Carlos

A realização do direito humano à moradia / Carlos Almeida Filho. - 1.ed. – São Paulo : Tirant lo Blanch, 2023.

464 p.

ISBN: 978-65-5908-539-2

1. Direito público. 2. Direito à moradia. 3. Direitos humanos I. Título.

CDU: 342

Bibliotecária Elisabete Cândida da Silva CRB-8/6778

DOI: 10.53071/boo-2023-03-19-64179e6a49c4d

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas elas editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com
tirant.com.br - editorial.tirant.com.br/

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Rennan Thamay</i>	
PREFÁCIO.....	11
<i>Rafael VM Barbosa</i>	
AGRADECIMENTOS	17
LISTA DE ABREVIATURAS.....	21
INTRODUÇÃO	29
1. Justificativa e ponto de partida	29
2. Da perspectiva que se analisa o problema	36
3. Apresentação do livro	39
4. Uma observação	43
CAPÍTULO 1	
O “SER” HUMANO.....	44
1.1. O ser humano enquanto sujeito de direitos	51
1.2. A deontologia dos direitos humanos.....	53
1.3. Direitos fundamentais enquanto direitos humanos.....	61
1.4. Transversalidade dos direitos fundamentais.....	67
1.5. Direitos fundamentais base.....	68
1.6. Moradia enquanto direito fundamental nuclear.....	69
1.6.1. Direito à cidade	76
1.6.2. Habitação	82
CAPÍTULO 2	
CONCEPÇÕES DE REALIDADE.....	84
2.1. Realidade social no mundo.....	86
2.2. Realidade social brasileira	97
2.2.1. Pobreza entremeada	99
2.2.2. Indicadores de desigualdade	103
2.2.3. População urbana <i>vs</i> rural	107
2.2.4. Déficit de moradias.....	110
2.3. Um acotovelamento crescente ou apenas uma fase na história?	116
2.3.1. O meio ambiente como fator preponderante	122
2.4. Falta de planejamento e suas consequências	123
2.4.1. Ocupações irregulares	128
2.5. Estado de anomia social	131
2.6. Refugiados e imigrantes.....	135
CAPÍTULO 3	
PROGRAMAS HABITACIONAIS	139
3.1. Programas habitacionais e os problemas decorrentes.....	139

3.2. Consequências de uma política habitacional divorciada da social.....	144
3.2.1. Minha Casa Minha Vida e as Cidades de Deus	152
3.2.2. Casa Verde e Amarela e o “cada um por si”	161
3.2.3. O gueto	166
3.2.4. Gentrificação	171
3.3. Consequências de uma política habitacional divorciada do meio ambiente	174
3.4. Habitação e monetização.....	178
<i>CAPÍTULO 4</i>	
O GIRO ADMINISTRATIVO.....	185
4.1. O moedor de carne	185
4.2. Crítica à desigualdade social	188
4.3. O giro administrativo-constitucional	196
4.4. Necessidade de suporte até a independência	201
4.5. Direito ao desenvolvimento.....	207
4.6. A necessidade de montagem do motor social.....	214
4.7. A efusão de direitos decorrentes da análise pari passu.....	220
4.8. A reserva do possível.....	222
<i>CAPÍTULO 5</i>	
A SOCIEDADE IMPOSSÍVEL	224
5.1. Uma concepção de justiça	229
5.1.1. Governo e sua função	235
5.1.2. A discussão dos conceitos.....	241
5.1.3. A instituição de instituições	242
5.2. Direitos humanos e governo mundial	246
5.3. Democracia ainda funciona?.....	251
5.4. A sociedade predatória.....	258
5.4.1. O custo do estado	259
5.5. A crise nos modos de produção	260
5.5.1. Armadilhas da pobreza.....	271
5.5.2. “Leis naturais” (de quem?)	274
5.5.3. “Usar sem pagar”	278
5.6. Moradia e propriedade: onde os conceitos se esgarçam	281
<i>CAPÍTULO 6</i>	
O PLANEJAMENTO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA.....	292
6.1. O planejamento de uma política pública de moradia.....	294
6.1.1. A atuação político-partidária	300
6.1.2. Participação popular	316
6.1.3. Avaliação das políticas públicas	318
6.2. O reset da alternância democrática	322
6.3. O modelo brasileiro de planejamento de políticas públicas	323
6.3.1. Mínimo existencial	325
6.4. A atuação de agentes estranhos e controle externo de políticas públicas	326
6.5. Intervenção do estado na propriedade	332

6.6. Políticas públicas e o mercado	332
6.7. Os condicionamentos legais e a necessidade de um marco legislativo.....	336
6.8. A responsabilidade pela promoção da política pública	337
6.8.1. Operações urbanas consorciadas interfederativas.....	339
CAPÍTULO 7	
A QUESTÃO AMBIENTAL.....	340
7.1. O meio ambiente como pressuposto.....	342
7.2. Os quatro pilares de benchimol.....	346
CAPÍTULO 8	
A REALIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO	348
8.1. Deontologia e tautologia: as acepções do conceito	348
8.2. Os beneficiários.....	349
8.3. Dos necessários recursos para suporte da política.....	353
8.4. A orquestra dos entes políticos.....	356
8.5. O grau de intervenção do estado na autonomia da vontade.....	356
8.6. A necessária variedade de “produtos” a serem disponibilizados.....	356
8.6.1. Bolsa-moradia.....	359
8.6.1.1. Renda básica universal.....	362
8.6.1.2. Programa de bolsas	367
8.6.2. Imóveis	368
8.6.2.1. Terrenos e loteamentos	370
8.6.2.2. Casas.....	371
8.6.2.3. Apartamentos.....	372
8.6.3. Financiamentos imobiliários	372
8.6.4. Parcerias público-privadas	373
8.6.5. A regularização fundiária.....	374
8.6.6. O tratamento de ocupações irregulares.....	375
8.7. Condicionantes essenciais a serem observadas.....	376
8.7.1. Medidas governamentais de incentivo à integração do mercado	376
8.7.2. Gestão de condomínios.....	377
8.7.3. Contas de consumo	378
8.7.4. Espaços comerciais e pequenos comércios caseiros	378
8.7.5. Planejamento financeiro das famílias.....	378
8.7.6. Política educacional	379
8.7.7. Equipamentos urbanos e comunitários	379
8.7.8. Adequação aos climas e realidades de cada localidade	380
8.7.9. A integração à vida da comunidade	380
8.7.10. Mobilidade urbana	380
8.8. O marco legislativo	381
CONCLUSÕES	382
POSFÁCIO.....	385
<i>Maurilio Casas Maia</i>	

APÊNDICES

1. ANDRÉ JUNIOR	389
2. DIVISÃO POR ZERO	391
3. “O PREÇO DO AMANHÃ” E A AGONIA DO HOJE.....	393
4. CANÇÕES	394
5. “SÉTIMO SELO”	395
6. “MICRÔMEGAS” E “A TOLICE DA INTELIGÊNCIA”.....	396
7. “OH, DOUTOR”	398

ANEXO A

1. COMENTÁRIO GERAL Nº 4 DO COMITÊ SOBRE OS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS	401
2. DECLARAÇÃO SOBRE O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO - 1986	409
3. A FÁBULA DOS PORCOS ASSADOS	414
4. UM SONHO IMPOSSÍVEL.....	416
5. “TRÊS CRIANÇAS E UMA FLAUTA”	417

ANEXO B

1. FOTOS	421
2. FIGURAS.....	428
3. GRÁFICOS E TABELAS	429
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	441